

**CHAMADA PÚBLICA N.º 004/2019**

**INEXIGIBILIDADE N.º 008/2019**

**PROCESSO N.º 111/2019**

**EDITAL N.º 117/2019**

## **1 - PREÂMBULO**

**1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**, com sede na Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, telefone/fax (0XX18) 3373 – 4500, através da Comissão Municipal de Licitações constituída pelo Decreto n°. 2018/2019, de 01 de abril de 2019, **FAZ SABER** a todos os interessados, atendendo à solicitação emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, que estará realizando **CHAMADA PÚBLICA**, para o credenciamento de empresas prestadoras de serviços de laboratório de análises clínicas, compreendendo coleta com o material (potes, seringas e outros) e laudo de exames laboratoriais, com base nos preços vigentes na Tabela SUS Nacional, conforme Anexo I e Memorial Descritivo, que são partes integrantes deste, nos termos das diretrizes contidas na Lei Federal nº 8.080/90 e demais normas do Sistema Único de Saúde, bem como da Lei Federal nº 8.666/963 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital.

1.2. A sessão de credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame e os envelopes dos documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado. A documentação será analisada pelo Presidente da Comul com o auxílio da Equipe de Apoio designada nos autos do processo em epígrafe.

**1.3. O recebimento dos Envelopes dos candidatos ao credenciamento será: a partir do dia 30 de agosto de 2019 até dia 16 de setembro de 2019, nos dias úteis e horários de expediente, das 8h30min às 16h00min.**

**1.4. A abertura dos envelopes documentação - pedido de credenciamento será: dia 17 de setembro de 2019 às 09h00min, horário de Brasília – DF.**

## **2 - OBJETO**

2.1. A presente Chamada Pública tem por objeto o **Credenciamento de empresas prestadoras de serviços de laboratório de análises clínicas, exames laboratoriais, compreendendo coleta com o material (potes, seringas e outros) e laudo de exames laboratoriais, com base nos preços vigentes na Tabela SUS Nacional**, conforme especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência e Memorial Descritivo.

## **3 – DO PREÇO**

3.1. Os preços a serem praticados pela execução dos serviços serão os vigentes na Tabela SUS Nacional – SIGTAP (Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos).  
<http://sigtap.datasus.gov.br/tabelaunificada/app/sec/inicio.jsp>.

**3.2. Os exames contratados serão remunerados como referência o valor da tabela SUS com o acréscimo de 25%.**

3.3. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em “NOTA DE EMPENHO”, e emitida a autorização da execução do serviço.

3.4. A Credenciada será remunerada pela Prefeitura por produção.

#### 4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar desta licitação as empresas:

a) Do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

b) Que não estejam sob falência, concurso de credores, dissoluções, liquidações ou hajam sido suspensas de licitar com a Administração, de quaisquer esferas, ou declaradas inidôneas por qualquer órgão ou entidade pública, salvo as com proposta de Recuperação Judicial homologadas em juízo nos termos da Súmula TCEP nº 50<sup>1</sup>;

c) Que não estejam reunidas em consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

d) Que não se enquadrem nos termos do artigo 9º, da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

4.2 A empresa participante poderá manifestar-se por meio de um representante legal, com poderes para intervir nas fases do processo, desde que apresente no início da reunião, em separado, documento que o identifique como legítimo representante da licitante (procuração ou credencial com firma reconhecida). Caso contrário, ficará impedido de manifestar-se e/ou responder pela empresa.

4.2.1 A não-apresentação do documento de que trata o subitem anterior não implicará na inabilitação da licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

4.2.2 Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração, poderá representar mais de uma licitante.

4.3. A Comissão de Licitação não se responsabilizará por envelope entregue após o horário ou em lugar diverso do previsto acima, nem pelo extravio do envelope "HABILITAÇÃO" que não forem entregues pessoalmente.

4.4. Toda e qualquer informação sobre habilitação e/ou informações técnicas com relação a este edital deverão ser feitas, por escrito, e endereçadas à Comissão de Licitação no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do pleito.

4.5. Não serão levadas em consideração quaisquer declarações, reclamações ou impugnações feitas posteriormente à lavratura das atas.

#### 5 – DO PROCESSAMENTO

5.1. O procedimento seletivo para credenciamento será composto pelas seguintes fases: a) Divulgação do Chamamento; b) Recebimento dos envelopes; c) Análise da habilitação; d) Divulgação dos nomes dos Laboratórios habilitados, e) Homologação e, f) Credenciamento.

<sup>1</sup> **Súmula 50:** Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

## 6 - APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DOS ENVELOPES e REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO:

### 6.1. Do recebimento dos envelopes:

6.1.1. A documentação exigida para habilitação deve ser apresentada em envelopes opacos e lacrados, na PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, sito à Rua Aroeira, nº. 482 - Vila das Árvores – Tarumã/SP, nos horários de expediente, preferencialmente timbrados ou com o carimbo do CNPJ e com os seguintes dizeres na parte externa:

#### A/C Comissão Municipal de Licitações:

**Nome da Proponente**

Endereço Completo da Proponente

CNPJ da Proponente

**Chamada Pública n.º 004/2019**

**Inexigibilidade n.º 008/2019**

**Processo n.º. 111/2019**

### 6.2. O credenciamento prévio dar-se-á através da apresentação dos seguintes documentos:

6.2.1. O interessado deverá apresentar o **REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO**, conforme modelo do Anexo III.

6.2.2. A solicitação de credenciamento deverá ser apresentada devidamente datilografada ou digitada sem emendas e rasuras, juntamente com a documentação exigida neste edital, preferencialmente em papel timbrado próprio da licitante.

6.2.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou ocupar cargo assemelhado na empresa proponente, deverá apresentar **cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social devidamente autenticado**, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, bem como o documento original de identidade com foto para conferência;

6.2.4. Em se tratando de procurador, as empresas deverão credenciar um representante, mediante a apresentação de **procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida**, atribuindo poderes para praticar todos os atos inerentes ao procedimento licitatório em questão, **cópia do Estatuto ou Contrato Social devidamente autenticado**, bem como o documento original de identidade com foto do representante para conferência.

6.3. Será admitido apenas um representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

6.4. O credenciamento do licitante implica a responsabilidade legal do mesmo ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Chamada Pública.

## 7 – DA HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO:

### 7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) **Registro comercial**, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto social, **contrato social ou sua consolidação** e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: **certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa no 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

## 7.2. REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de **certidão expedida conjuntamente** pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;

c) Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Estadual** da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

c.1) Para efeito de esclarecimento, as licitantes sediadas no Estado de São Paulo, a regularidade de débito para com a Fazenda Estadual será atestada pela apresentação das Certidões emitidas pela Secretaria da **Fazenda** (débitos não inscritos) e pela **Procuradoria** Geral do Estado (débitos inscritos em dívida ativa).

d) Certidão de regularidade de débito para com a **Fazenda Municipal** da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

e) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

## 7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de **falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou apresentação do Plano de Recuperação homologado pelo judiciário em pleno vigor, nos termos da Súmula TCESP nº 50;

#### 7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES
- b) Certificado de Qualidade de Serviços Laboratoriais expedidos por órgãos idôneos que regulam o setor.
- c) Indicação dos equipamentos que serão empregados na produção dos serviços;
- d) Indicação de equipe de trabalho para prestação de serviço.
- e) Alvará de funcionamento, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal da sede da licitante, em plena validade.
- f) Cópia autenticada da carteira do CRF – Conselho Regional de Farmácia ou CRBM – Conselho Regional de Biomedicina, do profissional responsável pela Empresa, em plena validade;

#### 7.5 OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- l) Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Anexo III).
- m) Declaração, sob as penas da lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação (Anexo III);
- n) Declaração de desimpedimento de licitar e contratar com a administração pública (Anexo III);
- o) Declaração de desimpedimento em contratar com a administração pública.
- p) Declaração, sob as penas da lei, que cumpre plenamente as normas e aos requisitos de Saúde e Higiene, para realização de exames e coletas (Anexo III).

7.6. Todos os documentos necessários à habilitação deverão estar dentro do prazo de vigência de validade.

7.6.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

7.6.2. Não serão consideradas válidas cópias extraídas de cópias autenticadas.

7.6.2.1. As cópias dos documentos poderão ser autenticadas, desde que apresentadas junto aos documentos originais, **no ato de abertura dos envelopes** pelo representante do órgão municipal com chancela própria.

6.7. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

6.7.1. Fica assegurado o prazo de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

6.7.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.8. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

## **8. DISPOSIÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO**

8.1. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do credenciamento, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

8.1.1. Verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.2. A verificação será certificada pela Comul e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.3. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação. Ocorrendo esta indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.4. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos no presente edital e anexo.

8.5. Caso algum documento apresente falha não sanável na sessão, acarretará na inabilitação do interessado.

8.6. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a Comul procederá a adjudicação ao proponente habilitado.

8.7. O resultado será divulgado no site da Prefeitura Municipal de Tarumã [www.taruma.sp.gov.br/licitacoes](http://www.taruma.sp.gov.br/licitacoes) e Imprensa Oficial do Município.

## **9 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO**

9.1. Quaisquer elementos e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Presidente da Comul e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Tarumã, Departamento de Licitações, situado a Rua Aroeira nº 482 – Vila das Árvores, através de requerimento por escrito.

9.2. Os interessados ainda poderão obter informações e/ou o Edital no endereço acima mencionado, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h30min às 17h00min ou pelo endereço



eletrônico [licitação@taruma.sp.gov.br](mailto:licitação@taruma.sp.gov.br). Maiores esclarecimentos através do tel: (18) 3373-7500 – ramal 9549 / 9530.

9.3. Até 02 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório, cabendo à Comul decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 horas.

9.3.1. Os pedidos de esclarecimento referentes ao processo licitatório deverão ser enviados à Comul até 03 dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

9.3.2. Não serão reconhecidas impugnações do Edital por fax ou e-mail, somente por escrito, em original, protocolados nesta Prefeitura, e dentro dos respectivos prazos legais.

9.4. Acolhida a impugnação contra o Edital que implique em alteração significativa do mesmo, capaz de afetar a participação, será designada nova data para a realização do certame, quando será novamente publicado pelos mesmos meios inicialmente divulgados.

9.5. A impugnação deverá ser dirigida à Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Tarumã.

9.6. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar deste processo até o trânsito em julgado pertinente à decisão.

9.7. Em qualquer ocasião antecedente à data de entrega da habilitação, a Comul poderá, por iniciativa própria ou em consequência de manifestação ou solicitação de esclarecimento das licitantes, realizar modificações nos termos do Edital que não influenciem na participação. Estas modificações serão feitas mediante a emissão de errata, e será publicada no site da Prefeitura Municipal de Tarumã.

## **10 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

10.1. Caberá recurso no prazo previsto na Lei nº 8.666/93, no artigo 109, de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da publicação da habilitação, ficando os demais licitantes convocados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que contarão a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2. A Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela Comul.

10.3. A falta de manifestação do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto ao vencedor.

10.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.5. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios.

10.6. Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos desta licitação, aquele que os aceitando sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

## **11 – ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E VIGÊNCIA**

11.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Presidente da Comul sempre que não houver recurso.

11.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Presidente da Comul, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

11.3. A Prefeitura poderá convocar, quando necessário, a prestação dos serviços mediante emissão da nota de Empenho e autorização de fornecimento, durante o período de vigência e nas condições deste Edital.

## **12 - RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO**

12.1. Realizar os procedimentos contratados, de acordo com a melhor técnica e com a observância de toda a legislação em vigor aplicável à prestação dos serviços, SEM COBRANÇA DE QUALQUER VALOR ADICIONAL DO PACIENTE, conforme especificações deste edital e memorial descritivo em consonância com Tabela SUS Nacional;

12.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

12.4. A Credenciada deverá atender os pacientes com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário;

12.5. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

12.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do contrato ou da nota de empenho;

12.7. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços.

12.8. Comparecer sempre que solicitado a Secretaria Municipal da Saúde, órgão controlador, neste ato da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

12.9. Providenciar os exames somente mediante a entrega da guia devidamente carimbada pela Secretaria Municipal da Saúde (Setor de Agendamento);

12.10. O paciente receberá da Secretaria Municipal da Saúde o pedido de exame a que deverá se submeter, juntamente com a lista das clínicas credenciadas e, à sua livre escolha, dirigir-se-á ao credenciado de sua preferência, para a realização do exame necessário.

12.11. As guias não carimbadas não serão pagas pela Contratante;



12.12. As guias de solicitação enviadas ao laboratório deverão ser entregues no agendamento semanalmente, nas sexta – feiras, juntamente com as guias do laboratório, constando os exames realizados, quantidade e valor.

12.13. Responsabilizar-se pelos materiais, equipamentos, recursos humanos, medicamentos e tudo o que mais for necessário para a realização do procedimento, de acordo com as normas técnicas.

12.14. Responsabilizar-se pelas entregas dos resultados dos exames aos usuários, em Tarumã.

12.15. Apresentar resultados impressos dos exames, atendendo a urgência dos prazos solicitados pelos médicos.

12.16. Apresentar a contratante, relatório mensal dos resultados obtidos por exame e médico solicitante, identificando o percentual dos exames normais e dos alterados.

12.17. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extra-judicial.

12.18. Os serviços serão executados em conformidade com o Anexo I, dentro dos melhores padrões, normas científicas vigentes e atualizadas e com o necessário rigor técnico que a natureza dos serviços requer.

### **13 - PRAZO DE ENTREGA**

13.1. A prestação do serviço objeto do instrumento de contrato dar-se-á de forma imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da assinatura do termo contratual, nos termos definidos no Memorial Descritivo e conforme cronograma expedido pela Secretaria Municipal da Saúde.

13.2. As requisições deverão conter:

13.2.1. Identificação da unidade requisitante;

13.2.2. Número do Processo e número da licitação (ex. Processo nº 111/2019 – Chamada Pública nº 004/2019);

13.2.3. Número do Contrato;

13.2.4. Identificação da contratada;

13.2.5. Especificação dos itens e respectivas quantidades;

13.2.6. Data e horário para execução dos serviços.

13.3. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

13.4. Os serviços deverão ser prestados nos prazos estabelecidos no cronograma, contados da data de recebimento da respectiva requisição.

## 14 - PAGAMENTO

14.1. O pagamento estará efetuado mensalmente, após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

14.2. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

14.3. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

14.4. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

14.5. Para efeito de pagamento, só serão aceitas pela Administração Pública da(s) empresa(s) contratada(s), emissão de Nota Fiscal Eletrônica dos serviços prestados, conforme disciplina a Portaria CAT nº 162/2010.

## 15 – CONTRATO

**15.1. Homologada a licitação, a Secretaria Municipal de Governo, convocará no prazo de até cinco (05) dias, o licitante para assinatura do contrato, sob pena de decair o direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº. 8.666/93, bem como a suspensão temporária pelo prazo de doze (12) meses.**

15.2. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, dentro do prazo de 05 dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, prevista no artigo 81, da Lei nº. 8.666/93.

**15.3. O contrato terá vigência até 31/12/2019, a contar da data de sua assinatura.**

15.4. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

15.5. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

15.6. Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

## 16 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Em caso de atraso injustificado na prestação dos serviços, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de 1%, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

16.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº.8.666/93.

16.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas nesta Chamada Pública, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

16.2.2. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

16.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

16.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

16.3. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

16.4. A sanção de advertência de que trata o item 17.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

16.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE.

## **17 - RESCISÃO**

17.1. A rescisão das obrigações decorrentes do contrato se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

## **18 – DESCRENCIAMENTO**

18.1. O presente credenciamento tem caráter precário, por isso, a qualquer momento, o credenciado ou a Administração poderão denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas

neste Edital e na legislação pertinente ou no interesse do credenciado, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

18.2. O credenciado que desejar solicitar o descredenciamento deverá fazê-lo mediante aviso escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

18.3. Será descredenciada, a critério da Secretaria Municipal da Saúde, a qualquer tempo, a empresa que não mantiver as condições exigidas para habilitação durante o curso da Ata de Credenciamento, bem como rejeitar qualquer paciente/usuário do SUS, sem apresentar as razões objetivas que justifiquem a conduta adotada, ou ainda, que incida nas causas de rescisão contratual.

## 19 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas (recurso próprio):

02.08 - 10.301.0025.2156 - 3.3.90.39 - **679** - Outros Serv. de terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08 - 10.301.0025.2158 - 3.3.90.39 - **697** - Outros Serv. de terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08 - 10.301.0025.2160 - 3.3.90.39 - **714** - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08 - 10.301.0025.2162 - 3.3.90.39 - **732** - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08 - 10.302.0024.2125 - 3.3.90.39 - **809** - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica

## 20 - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

20.1. Os valores constantes no ANEXO I serão reajustados de acordo com as atualizações efetuadas na tabela do SUS Nacional.

## 20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. As empresas interessadas em participar do presente certame, deverão retirar o Edital Completo e seus anexos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Tarumã ou através do site [www.taruma.sp.gov.br/licitacoes](http://www.taruma.sp.gov.br/licitacoes).

21.2. É facultado à Comul, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.3. Os licitante intimados a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Presidente da Comul, sob pena de desclassificação / inabilitação.

21.4. Desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação.

21.5. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. A apresentação da documentação de credenciamento implica na aceitação plena e total das condições deste edital, sujeitando-se o licitante aos preços praticados pela Tabela SUS Nacional e às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº. 8.666/93.

21.7. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comul, que decidirá com base na legislação em vigor.

21.8. O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do Contratado para outras entidades.

21.9. O Município de Tarumã se reserva ao direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

21.10. Integram o presente Edital:

21.10.1. Anexo I – Termo de Referência;

21.10.2. Anexo II – Minuta de Contrato;

21.10.3. Anexo III – Modelo das Declarações necessárias;

21.10.4. Anexo IV - Memorial Descritivo dos Serviços.

21.11. Os demais atos referentes a este processo poderão ser comunicados aos proponentes por qualquer tipo de comunicação que comprove o recebimento, ou ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado, Jornal Local de grande circulação ou no Jornal Semanário distribuído no município de Tarumã.

**21.12. O valor estimado da contratação até o período de 31 de dezembro de 2019 corresponde à R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais).**

21.13. Fica eleito o foro da Comarca de Assis para dirimir quaisquer questões judiciais advindas do presente Edital.

Tarumã, 29 de agosto de 2019.

**LOUISE CAROLINE GONÇALVES C. PRADO**  
**PRESIDENTE DA COMUL**

## ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

**Objeto:** Credenciamento de empresas prestadoras de serviços de laboratório de análises clínicas, exames laboratoriais, compreendendo coleta com o material (potes, seringas e outros) e laudo de exames laboratoriais, com base nos preços vigentes na Tabela SUS Nacional.

Processo/Ano: **111/2019** Modalidade: **Chamamento Público** Seqüência/Ano: **004/2019**

<u>Item</u>	<u>Cod. Procedimento</u>	<u>Descrição Exames</u>	<u>Valores tabela SUS</u>	<u>Acrécimo 25%</u>
1	02.02.01.004-0	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS) REDUZIDA	3,63	4,54
2	02.02.01.007-4	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS) 3 HORAS	10,00	12,50
3	02.02.01.012-0	DOSAGEM DE ACIDO URICO	1,85	2,31
4	02.02.01.014-7	DOSAGEM DE ALDOLASE	3,68	4,60
5	02.02.01.016-3	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	3,68	4,60
6	02.02.01.018-0	DOSAGEM DE AMILASE	2,25	2,81
7	02.02.01.020-1	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	2,01	2,51
8	02.02.01.021-0	DOSAGEM DE CALCIO	1,85	2,31
9	02.02.01.027-9	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	3,51	4,39
10	02.02.01.028-7	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	3,51	4,39
11	02.02.01.029-5	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	1,85	2,31
12	02.02.01.031-7	DOSAGEM DE CREATININA	1,85	2,31
13	02.02.01.032-5	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	3,68	4,60
14	02.02.01.033-3	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB (CKMB)	4,12	5,15
15	02.02.01.035-0	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	3,51	4,39
16	02.02.01.036-8	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	3,68	4,60
17	02.02.01.037-6	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	3,68	4,60
18	02.02.01.038-4	DOSAGEM DE FERRITINA	15,59	19,49
19	02.02.01.039-2	DOSAGEM DE FERRO SERICO	3,51	4,39
20	02.02.01.042-2	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	2,01	2,51
21	02.02.01.043-0	DOSAGEM DE FOSFORO	1,85	2,31
22	02.02.01.046-5	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	3,51	4,39
23	02.02.01.047-3	DOSAGEM DE GLICOSE	1,85	2,31
24	02.02.01.048-1	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	3,68	4,60
25	02.02.01.050-3	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	7,86	9,83
26	02.02.01.055-4	DOSAGEM DE LIPASE	2,25	2,81
27	02.02.01.056-2	DOSAGEM DE MAGNESIO	2,01	2,51
28	02.02.01.057-0	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	2,01	2,51
29	02.02.01.060-0	DOSAGEM DE POTASSIO	1,85	2,31
30	02.02.01.061-9	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	1,40	1,75
31	02.02.01.062-7	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	1,85	2,31
32	02.02.01.063-5	DOSAGEM DE SODIO	1,85	2,31
33	02.02.01.064-3	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-	2,01	2,51



		<b>OXALACETICA (TGO)</b>		
34	<b>02.02.01.065-1</b>	<b>DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)</b>	2,01	<b>2,51</b>
35	<b>02.02.01.066-0</b>	<b>DOSAGEM DE TRANSFERRINA</b>	4,12	<b>5,15</b>
36	<b>02.02.01.067-8</b>	<b>DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS</b>	3,51	<b>4,39</b>
37	<b>02.02.01.069-4</b>	<b>DOSAGEM DE UREA</b>	1,85	<b>2,31</b>
38	<b>02.02.01.070-8</b>	<b>DOSAGEM DE VITAMINA B12</b>	15,24	<b>19,05</b>
39	<b>02.02.01.072-4</b>	<b>ELETROFORESE DE PROTEINAS</b>	4,42	<b>5,53</b>
40	<b>02.02.01.076-7</b>	<b>DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D</b>	15,24	<b>19,05</b>
41	<b>02.02.02.002-9</b>	<b>CONTAGEM DE PLAQUETAS</b>	2,73	<b>3,41</b>
42	<b>02.02.02.003-7</b>	<b>CONTAGEM DE RETICULOCITOS</b>	2,73	<b>3,41</b>
43	<b>02.02.02.007-0</b>	<b>DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO</b>	2,73	<b>3,41</b>
44	<b>02.02.02.009-6</b>	<b>DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO - DUKE</b>	2,73	<b>3,41</b>
45	<b>02.02.02.011-8</b>	<b>DETERMINACAO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS</b>	5,79	<b>7,24</b>
46	<b>02.02.02.012-6</b>	<b>DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA</b>	2,85	<b>3,56</b>
47	<b>02.02.02.013-4</b>	<b>DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA) OU KPTT</b>	5,77	<b>7,21</b>
48	<b>02.02.02.014-2</b>	<b>DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)</b>	2,73	<b>3,41</b>
49	<b>02.02.02.015-0</b>	<b>DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)</b>	2,73	<b>3,41</b>
50	<b>02.02.02.030-4</b>	<b>DOSAGEM DE HEMOGLOBINA</b>	1,53	<b>1,91</b>
51	<b>02.02.02.035-5</b>	<b>ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA</b>	5,41	<b>6,76</b>
52	<b>02.02.02.036-3</b>	<b>ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)</b>	2,73	<b>3,41</b>
53	<b>02.02.02.037-1</b>	<b>HEMATOCRITO</b>	1,53	<b>1,91</b>
54	<b>02.02.02.038-0</b>	<b>HEMOGRAMA COMPLETO</b>	4,11	<b>5,14</b>
55	<b>02.02.02.039-8</b>	<b>LEUCOGRAMA</b>	2,73	<b>3,41</b>
56	<b>02.02.02.041-0</b>	<b>PESQUISA DE CELULAS LE</b>	4,11	<b>5,14</b>
57	<b>02.02.02.046-0</b>	<b>PESQUISA DE TRIPANOSSOMA</b>	2,73	<b>3,41</b>
58	<b>02.02.02.049-5</b>	<b>PROVA DE RETRACAO DO COAGULO</b>	2,73	<b>3,41</b>
59	<b>02.02.03.005-9</b>	<b>DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)</b>	96,00	<b>120,00</b>
60	<b>02.02.03.006-7</b>	<b>DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)</b>	9,25	<b>11,56</b>
61	<b>02.02.03.007-5</b>	<b>DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE (LATEX)</b>	2,83	<b>3,54</b>
62	<b>02.02.03.008-3</b>	<b>DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA</b>	9,25	<b>11,56</b>
63	<b>02.02.03.010-5</b>	<b>DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)</b>	16,42	<b>20,53</b>
64	<b>02.02.03.012-1</b>	<b>DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3</b>	17,16	<b>21,45</b>
65	<b>02.02.03.013-0</b>	<b>DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4</b>	17,16	<b>21,45</b>
66	<b>02.02.03.015-6</b>	<b>DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)</b>	17,16	<b>21,45</b>
67	<b>02.02.03.016-4</b>	<b>DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)</b>	9,25	<b>11,56</b>
68	<b>02.02.03.018-0</b>	<b>DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)</b>	17,16	<b>21,45</b>
69	<b>02.02.03.020-2</b>	<b>DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA</b>	2,83	<b>3,54</b>
70	<b>02.02.03.025-3</b>	<b>PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA</b>	10,00	<b>12,50</b>
71	<b>02.02.03.026-1</b>	<b>PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA</b>	10,00	<b>12,50</b>
72	<b>02.02.03.030-0</b>	<b>PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)</b>	10,00	<b>12,50</b>
73	<b>02.02.03.047-4</b>	<b>PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)</b>	2,83	<b>3,54</b>

74	02.02.03.063-6	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	18,55	23,19
75	02.02.03.064-4	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	18,55	23,19
76	02.02.03.067-9	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	18,55	23,19
77	02.02.03.068-7	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	18,55	23,19
78	02.02.03.072-5	PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	17,16	21,45
79	02.02.03.074-1	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	11,00	13,75
80	02.02.03.076-8	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	16,97	21,21
81	02.02.03.077-6	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI (MACHADO GUERREIRO)	9,25	11,56
82	02.02.03.078-4	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG E IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	18,55	23,19
83	02.02.03.080-6	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18,55	23,19
84	02.02.03.085-7	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	11,61	14,51
85	02.02.03.091-1	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	18,55	23,19
86	02.02.03.096-2	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	13,35	16,69
87	02.02.03.097-0	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	18,55	23,19
88	02.02.03.098-9	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	18,55	23,19
89	02.02.03.101-2	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	4,10	5,13
90	02.02.03.104-7	PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLOURESCENCIA) (CHAGAS / MACHADO GUERREIRO)	10,00	12,50
91	02.02.03.111-0	TESTE NAO TREPONEMICO P/ DETECCAO DE SIFILIS (VDRL)	2,83	3,54
92	02.02.03.112-8	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	10,00	12,50
93	02.02.03.113-6	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	10,00	12,50
94	02.02.03.120-9	DOSAGEM DE TROPONINA	9,00	11,25
95	02.02.03.121-7	DOSAGEM DO ANTIGENO CA 125	13,35	16,69
96	02.02.04.002-0	DOSAGEM DE GORDURA FECAL	3,04	3,80
97	02.02.04.005-4	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	1,65	2,06
98	02.02.04.007-0	PESQUISA DE GORDURA FECAL	1,65	2,06
99	02.02.04.009-7	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	1,65	2,06
100	02.02.04.012-7	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS (PARASITOLÓGICO FEZES) PARAS. 2 AMOS., + PARAS. 3 AMOS. )	1,65	2,06
101	02.02.04.014-3	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	1,65	2,06
102	02.02.05.001-7	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA (URINA I)	3,70	4,63
103	02.02.05.002-5	CLEARANCE DE CREATININA	3,51	4,39
104	02.02.05.003-3	CLEARANCE DE FOSFATO	3,51	4,39
105	02.02.05.004-1	CLEARANCE DE UREIA	3,51	4,39
106	02.02.05.009-2	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	8,12	10,15

107	02.02.05.010-6	DOSAGEM DE OXALATO	3,68	4,60
108	02.02.05.011-4	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	2,04	2,55
109	02.02.05.021-1	PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	3,70	4,63
110	02.02.06.013-6	DOSAGEM DE CORTISOL	9,86	12,33
111	02.02.06.021-7	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	7,85	9,81
112	02.02.06.022-5	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	10,21	12,76
113	02.02.06.023-3	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	7,89	9,86
114	02.02.06.024-1	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	8,97	11,21
115	02.02.06.025-0	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	8,96	11,20
116	02.02.06.026-8	DOSAGEM DE INSULINA	10,17	12,71
117	02.02.06.027-6	DOSAGEM DE PARATORMONIO	43,13	53,91
118	02.02.06.029-2	DOSAGEM DE PROGESTERONA	10,22	12,78
119	02.02.06.030-6	DOSAGEM DE PROLACTINA	10,15	12,69
120	02.02.06.033-0	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	13,11	16,39
121	02.02.06.034-9	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	10,43	13,04
122	02.02.06.035-7	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	13,11	16,39
123	02.02.06.037-3	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	8,76	10,95
124	02.02.06.038-1	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	11,60	14,50
125	02.02.06.039-0	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	8,71	10,89
126	02.02.06.040-3	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA / TSH APOS TRH	12,01	15,01
127	02.02.07.008-5	DOSAGEM DE ALUMINIO	27,50	34,38
128	02.02.07.017-4	DOSAGEM DE CHUMBO	8,83	11,04
129	02.02.07.025-5	DOSAGEM DE LITIO	2,25	2,81
130	02.02.07.035-2	DOSAGEM DE ZINCO	15,65	19,56
131	02.02.08.001-3	ANTIBIOGRAMA	4,98	6,23
132	02.02.08.008-0	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	5,62	7,03
133	02.02.12.002-3	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO ( TIPAGEM)	1,37	1,71
134	02.02.12.008-2	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	1,37	1,71
135	02.02.12.009-0	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA) (coombs indireto)	2,73	3,41

## ANEXO II - (MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO)

PMT/SMG/DL/\_\_\_/\_\_\_/2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ.

CONTRATADO: \_\_\_\_\_.

PROCESSO Nº: 111/2019.

CHAMADA PÚBLICA Nº. 004/2019.

INEXIGIBILIDADE Nº 008/2019

VALOR: R\$ \_\_\_\_\_

**"MINUTA DE TERMO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS, EXAMES LABORATORIAIS, COMPREENDENDO COLETA COM O MATERIAL (POTES, SERINGAS E OUTROS) E LAUDO DE EXAMES LABORATORIAIS, COM BASE NOS PREÇOS VIGENTES NA TABELA SUS NACIONAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA \_\_\_\_\_, NA FORMA ABAIXO":**

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, nº. 482, – Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº. 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº. 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, nº. 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, e Inscrição Estadual nº. \_\_\_\_\_, com sede a Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, neste ato representado por seu representante legal o Senhor \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. \_\_\_\_\_, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância à Chamada Pública nº. \_\_\_/2019, homologado em \_\_\_\_\_, com fulcro na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e Decreto Municipal nº. 358/2003, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a **Credenciamento de empresas prestadoras de serviços de laboratório de análises clínicas, exames laboratoriais, compreendendo coleta com o material (potes, seringas e outros) e laudo de exames laboratoriais, com base nos preços vigentes na Tabela SUS Nacional**, conforme especificações contidas no ANEXO I – Termo de Referência e Memorial Descritivo dos serviços.

1.1. Tabela de todos os exames disponível através do site <http://sigtap.datasus.gov.br/tabelaunificada/app/sec/inicio.jsp>.

## **CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR E PAGAMENTO**

2.1. Os valores a serem praticados pela execução dos serviços serão os vigentes na Tabela SUS Nacional.

2.2. Os exames contratados serão remunerados como referência o valor da tabela SUS com o acréscimo de 25%.

2.3. A Contratada será remunerada pela Prefeitura por produção.

2.4. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas em "NOTA DE EMPENHO", e emitida a autorização da execução do serviço.

2.5. O preço contratado é considerado completo e abrange todas as despesas com custo, impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza, acessórios e/ou necessários à execução do objeto contratado, ainda que não especificados no Edital e anexos.

2.6. O pagamento estará efetuado mensalmente, após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

2.7. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.8. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

2.9. Os valores constantes no ANEXO I serão reajustados de acordo com as atualizações efetuadas na tabela do SUS Nacional.

## **CLÁUSULA TERCEIRA DOS PRAZOS**

**3.1. Este termo de contrato terá validade até 31/12/2019, a contar da data de sua assinatura.**

3.2. A critério exclusivo da Contratante este contrato poderá ser prorrogável por iguais períodos, devendo sua vigência total se limitar ao prazo definido ao inciso II do artigo 57 da lei nº. 8.666/93, atualizada;

3.3. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**



4.1. A prestação do serviço objeto deste instrumento de contrato dar-se-á de forma imediata, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da assinatura do termo contratual, nos termos definidos no Memorial Descritivo e conforme cronograma expedido pela Secretaria Municipal da Saúde.

4.2. O objeto da presente licitação, somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades a contratante poderá:

4.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da entrega e da própria aquisição dos serviços.

4.4. As requisições dos serviços deverão conter:

4.4.1. Identificação da unidade requisitante;

4.4.2. Número do Processo e número da licitação (ex. Processo nº \_\_\_\_/2019 – Chamada Pública nº \_\_\_\_/2019);

4.4.3. Número do Contrato;

4.4.4. Identificação da contratada;

4.4.5. Especificação dos itens e respectivas quantidades;

4.4.6. Data e horário para execução dos serviços.

4.5. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada, inclusive fac-símile e correio eletrônico.

## **CLÁUSULA QUINTA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. - Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas:

02.08 - 10.301.0025.2156 - 3.3.90.39 - **679** - Outros Serv. de terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08 - 10.301.0025.2158 - 3.3.90.39 - **697** - Outros Serv. de terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08 - 10.301.0025.2160 - 3.3.90.39 - **714** - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08 - 10.301.0025.2162 - 3.3.90.39 - **732** - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica  
02.08 - 10.302.0024.2125 - 3.3.90.39 - **809** - Outros Serv. de Terceiros - Pessoa Jurídica

## **CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços objeto licitado;

6.1.2. Efetuar o pagamento ajustado, à vista dos Recibos, devidamente atestadas pelo setor competente.

6.2. São obrigações da Contratada:



6.2.1. Prestar o objeto licitado conforme especificações deste edital e memorial descritivo em consonância com Tabela SUS Nacional;

6.2.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

6.2.4. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

6.2.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do contrato ou da nota de empenho;

6.2.6. Correrão por conta da contratada todas as despesas, tais como, seguros, transporte, tributos, demais encargos decorrentes da prestação dos serviços.

6.2.7. Comparecer sempre que solicitado a Secretaria Municipal da Saúde, órgão controlador, neste ato da Prefeitura Municipal de Tarumã, em horário por esta estabelecido, a fim de receber instruções e acertar providências.

6.2.8. Providenciar os exames somente mediante a entrega da guia devidamente carimbada pela Secretaria Municipal da Saúde (Setor de Agendamento);

6.2.9. O paciente receberá da Secretaria Municipal da Saúde o pedido de exame a que deverá se submeter, juntamente com a lista das clínicas credenciadas e, à sua livre escolha, dirigir-se-á ao credenciado de sua preferência, para a realização do exame necessário.

6.2.10. As guias não carimbadas não serão pagas pela Contratante;

6.2.11. As guias de solicitação enviadas ao laboratório deverão ser entregues no agendamento semanalmente, nas sexta – feiras, juntamente com as guias do laboratório, constando os exames realizados, quantidade e valor;

6.2.12. Responsabilizar-se pelos materiais, equipamentos, recursos humanos, medicamentos e tudo o que mais for necessário para a realização do procedimento, de acordo com as normas técnicas.

6.2.13. Responsabilizar-se pelas entregas dos resultados dos exames aos usuários, em Tarumã.

6.2.14. Apresentar resultados impressos dos exames, atendendo a urgência dos prazos solicitados pelos médicos.

6.2.15. Apresentar a contratante, relatório mensal dos resultados obtidos por exame e médico solicitante, identificando o percentual dos exames normais e dos alterados.

6.2.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.17. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE;

6.2.18. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

6.2.19. O não cumprimento total ou parcial por parte da Contratada ensejará a sua rescisão independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extra-judicial.

6.2.20. Os serviços serão executados em conformidade com o Anexo I, dentro dos melhores padrões, normas científicas vigentes e atualizadas e com o necessário rigor técnico que a natureza dos serviços requer.

6.2.21. A contratada deverá no ato da assinatura do Termo Contratual, assinar o Termo de Ciência e Notificação para remessa de ajustes ao Tribunal de Contas do Estado em cumprimento as instruções para acompanhamento de todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação.

### **CLÁUSULA SÉTIMA DAS PENALIDADES E MULTAS**

7.1. Em caso de atraso injustificado na prestação dos serviços, sujeitar-se-á o licitante à multa de mora de 1% ao mês de juros, sobre o valor do contrato ou da nota de empenho, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso;

7.1.1. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº. 8.666/93.

7.2. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste, em relação ao objeto desta licitação a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades;

7.2.2. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso do licitante vencedor não cumprir rigorosamente as exigências contratuais ou deixar de receber a Nota de Empenho, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente;

7.2.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração;

7.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.3. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará,

pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

7.4. A sanção de advertência de que trata o item 7.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na prestação dos serviços;

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

7.5. A penalidade de suspensão será cabível quando o licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que o impeçam de contratar com a administração pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos ao desenvolvimento dos serviços prestados pela CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA OITAVA DA RESCISÃO**

8.1. A rescisão das obrigações decorrentes do presente processo se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei nº. 8666/93 e suas posteriores alterações.

#### **CLÁUSULA NONA DO FORO COMPETENTE**

9.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, por mais privilegiado que outro for, para dirimir eventuais dúvidas e / ou conflitos originados pelo presente Contrato, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em cinco vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Tarumã, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ**  
**OSCAR GOZZI**  
Prefeito Municipal  
Contratante

**Empresa**  
**Representante legal**  
**Contratada**

#### **TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
Elvira Alice Gozze Da Silva  
RG nº 7.733.162-X SSP/SP

2. \_\_\_\_\_  
Lucilena Pereira Santos  
RG nº. 27.084.488-0

## TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: \_\_\_\_\_

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (\*) \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

### 1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

### 2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: \_\_\_\_\_

### GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional: \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Responsáveis que assinaram o ajuste:**

Pelo **CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Pela **CONTRATADA:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço residencial completo: \_\_\_\_\_

E-mail institucional \_\_\_\_\_

E-mail pessoal: \_\_\_\_\_

Telefone(s): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÕES

#### REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO (Fora do envelope).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**REQUERER** o seu credenciamento nos autos do Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2019 – Chamada Pública nº. \_\_\_\_/2019 da Prefeitura Municipal de Tarumã, para prestação de serviços de laboratório de análises clínicas, exames laboratoriais, compreendendo coleta com o material (potes, seringas e outros) e laudo de exames laboratoriais, com base nos preços vigentes na Tabela SUS Nacional, conforme Anexo I do edital de chamamento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade



**DECLARAÇÃO** (Dentro do Envelope).

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2019 – Chamada Pública nº. \_\_\_\_/2019, sob as penas da Lei, que inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame, uma vez que se fazem, até o presente momento, satisfeitas as exigências contidas no art. 27, da Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade

## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº. \_\_\_\_/2019 – Chamada Pública nº. \_\_\_\_/2019 para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )  
(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara também que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, para fins do determinado no parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo.

E ainda, na qualidade de empregadora, não tem como Sócio, Representante, Administrador, Diretor, Gerente ou Empregado, pessoa condenada por crime ou contravenção penal, em razão da prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade

## DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

Declaramos, sob pena de Lei, que a empresa .....(razão social/CNPJ) ..... não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade

## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_ - (bairro), no município de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob nº \_\_\_\_\_, Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

**DECLARAR**, para fins de participação no Processo Licitatório nº \_\_\_\_/2019 – Chamada Pública nº \_\_\_\_/2019, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente as normas e aos requisitos de Saúde e Higiene, para realização de exames e coletas.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do Responsável/Procurador  
Cargo do Responsável/Procurador  
Nº documento identidade

### MODELO DE PROCURAÇÃO

EU,.....(sócio proprietário), residente na rua  
....., na cidade de ....., portador da RG  
..... e CPF....., venho por meio desta, nomear o  
Senhor(a)....., portador do RG....., residente a  
rua....., nº....., como meu bastante procurador, para o  
fim especial de representar a empresa ....., situada a rua  
(Avenida)....., nº, na cidade de ....., Estado  
de ....., CNPJ..... e Inscrição  
Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã, SP, no edital de  
Licitação....., Modalidade Chamada Pública, nº ....., para praticar todos os atos  
pertinentes ao certame em nome da minha empresa acima citada, inclusive para  
assinatura do Contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Ass.

**ANEXO IV - MEMORIAL DESCRITIVO**  
**PROCESSO 111/2019 – CHAMADA PÚBLICA 004/2019**

**Objeto: Credenciamento de empresas prestadoras de serviços de laboratório de análises clínicas, exames laboratoriais, compreendendo coleta com o material (potes, seringas e outros) e laudo de exames laboratoriais, com base nos preços vigentes na Tabela SUS Nacional.**

1. Os serviços deverão ser prestados por profissionais com experiência e com título de especialista para a realização dos exames;
2. O paciente receberá da Secretaria Municipal da Saúde o pedido de exame a que deverá se submeter, juntamente com a lista das clínicas credenciadas e, à sua livre escolha, dirigir-se-á ao credenciado de sua preferência, para a realização do exame necessário;
3. Os exames deverão ser realizados somente mediante a entrega da guia devidamente carimbada pela Secretaria Municipal de Saúde;
4. As guias não carimbadas pela Secretaria Municipal da Saúde não serão pagas pela contratante;
5. As guias de solicitação enviadas ao laboratório deverão ser entregues no agendamento semanalmente, nas sexta – feiras, juntamente com as guias do laboratório, constando os exames realizados, quantidade e valor.
6. Apresentar resultados impressos dos exames, atendendo a urgência dos prazos solicitados pelos médicos.
7. Apresentar resultados dos exames atendendo a urgência dos prazos solicitados pelos médicos.
8. Apresentar a contratante, relatório mensal dos resultados obtidos especificando: nome, código do procedimento, médico solicitante e quantidades. Para faturamento.
9. Da prestação do Serviço: O valor praticado para realização dos exames deve ser o estabelecido pela Tabela de Procedimentos, medicamentos e OPM do SUS, de acordo com a legislação atual, observando-se o acréscimo de 25% para cada exame realizado.
10. Os exames a que se referem este credenciamento devem se referir à seleção realizada pela Secretaria Municipal da saúde referente ao Grupo 02 – Procedimentos com Finalidade diagnóstica, Sub Grupo 02 – Diagnóstico em Laboratório Clínico, do SIGTAP – Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos.  
(<http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp>)